

Manifesto

Abaixo o projeto de lei fura-fila da vacina: por uma vacinação para todas e todos pelo Sistema Único de Saúde

A sociedade brasileira recebeu com grande perplexidade a proposta defendida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, apresentada na última semana, que permite um esquema de “fura-fila” e abertura para corrupção na vacinação contra o coronavírus. O texto base do PL 948/2021 foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 07 de abril em pleno dia internacional da saúde. O referido PL amplia a já questionável permissão para que empresas comprem vacinas, sem nem atender aos requisitos legais mínimos de destinação de vacinas para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Na prática, esta proposta implica que empresários e seus familiares poderão ser vacinados antes do cumprimento do calendário de vacinação dos grupos populacionais que apresentam maior risco de infecção e que são, portanto, prioritários; que não estarão obrigados a doar 100% das vacinas compradas para o Sistema Único de Saúde conforme previa lei anterior; não obriga a vacinação de todos os profissionais abrindo brecha que o dono da empresa defina quem vai ser vacinado ou não. Na verdade, o referido PL cria um verdadeiro “mercado da vacina” pois obriga as próprias empresas a comprar via as clínicas especializadas em vacinação.

A Lei 14.125/2021 já permitiu que o setor privado “apoiasse” o processo de vacinação, liberando a compra por empresas desde que arcassem com os custos e houvesse a doação da totalidade das vacinas compradas para o SUS até o término da vacinação dos grupos prioritários conforme estabelecido no Plano Nacional de Imunização (PNI). A lei condicionava que após a vacinação dos grupos prioritários, metade das vacinas compradas pelas empresas fossem doadas pelo SUS. Se esta lei já era problemática, imagina uma que “libera geral”. O projeto aprovado pela Câmara e apoiado pelo presidente Arthur Lira, provocado por um grupo da elite empresarial, é a derrubada dessas condicionantes.

A iniciativa de privatização das vacinas tem sido severamente criticada por seus aspectos éticos, de transparência e de (ir)responsabilidade, tendo em vista que o processo amplia os

riscos de corrupção e desvios, e por seu principal e maior problema, que é a destinação de vacinas para pessoas que não fazem parte dos grupos prioritários estipulados pelo PNI, sendo entendida como uma vantagem, ou melhor, como uma estratégia de “fura-fila” em meio ao caos e o desespero de muitas(os).

A aprovação do texto também aumentaria sobremaneira o risco de fraude e corrupção no processo de imunização, já que a população estará mais propensa a acreditar em campanhas “informais” de vacinação - que usam vacinas roubadas ou falsas, como episódio recente em Minas Gerais. Mensagens falsas sobre a aplicação fraudulenta de vacinas já se multiplicam nas redes sociais. Tirar a centralidade do SUS da campanha de imunização dificulta o controle de procedência e pode dar força para esse tipo de prática.

Após completarmos um ano vivendo em um cenário de isolamento social devido a pandemia pela Covid-19, os números se tornam cada vez mais alarmantes, atingindo mais de 331.000 óbitos no Brasil. Os impactos da pandemia no país intensificaram as desigualdades raciais, socioeconômicas e territoriais. Grupos marcados, historicamente, pelo racismo, desigualdades e violações de direitos se viram ainda mais vulnerabilizados frente ao desgoverno que não enfrentou com medidas devidas e adequadas o ataque do coronavírus, aprofundando a crise de acesso ao direito à saúde, proteção social e políticas públicas. Os grupos mais vulnerabilizados são os que detêm hoje maior índice de mortalidade por Covid-19, como a população negra, quilombola e na extrema pobreza, com ênfase nas mulheres negras, chefes de família e que integram serviços considerados essenciais.

Há de ressaltar que o PNI ainda é deficitário em relação à determinação dos grupos prioritários, considerando que tem deixado fora dos grupos pessoas que têm de fato mais de contágio e complicações mortais pelo vírus, como pessoas em situação de rua, quilombolas, trabalhadores de serviços essenciais e pessoas em situação de privação de liberdade.

A chegada da vacina ao Brasil foi marcada pela demora do governo federal em realizar as negociações e compras suficientes à população. O país foi um dos últimos do mundo a adquirir a vacina - em contradição ao histórico brasileiro de ter sido um dia referência em vacinação. A vacina também reforçou as desigualdades, em especial, a racial: hoje no Brasil

ainda não atingimos nem 10% da população vacinada com a primeira dose e há o dobro de brancos vacinados do que de negros (apesar de negros serem 56% da população o país). Destaca-se ainda que há uma mortalidade maior por coronavírus da população negra em relação à população branca.

Por esse contexto, nós, sociedade civil brasileira, somos absolutamente contrários à aprovação do projeto de lei 948/2021 (proposto pelo deputado Hildo Rocha) e seu substitutivo (proposto pela deputada Celina Leitão) que está em votação na Câmara dos Deputados. A pandemia é um desafio global e público e precisa ser combatida no âmbito de um sistema de saúde que consiga promover seguridade e proteção social, garantindo que o acesso à saúde seja cumprido na prática de forma equitativa, universal e redistributiva. Toda a população tem direito de ser vacinada e isso só será possível por meio do SUS. O acesso às redes de saúde no Brasil ainda é um privilégio de poucos, e a compra de vacinas pelo setor privado ampliará (ainda mais) as desigualdades que assolam o Brasil, além de ser uma estratégia ineficiente para o combate ao vírus e demonstrar para o mundo o egoísmo e a forma predatória, violenta e negligente com que o nosso país vem sendo (des)governado em meio a uma crise de saúde pública global.

A ampliação do acesso público à vacina significa universalização e expansão dos serviços de saúde, responsabilidade, transparência e planejamento coerente. A luta pela imunização deve ser pensada para salvar vidas e não como uma troca de vantagens particulares, como já estamos presenciando no âmbito empresarial.

A ação contra essa tentativa de Lira e dos empresários é urgente. Com este movimento de **furar a fila**, querem te passar para trás. O mesmo Congresso Nacional que quer que você viva com R\$5 por dia escolhe quem deve viver via o controle de acesso às vacinas. É essencial o arquivamento desse projeto de lei pelo Congresso Nacional.

Reforçamos a importância de que todo o processo de vacinação provenha do SUS, com a vacinação de grupos prioritários e, em seguida, de toda a população, de forma lógica, organizada, responsável e justa.

Assim, as entidades abaixo subscritas rechaçam veementemente a proposta contida no PL 948/2021 e em textos similares. **Ajude-nos a pressionar o Congresso!** Exigimos vacinas para todas e todos e o atendimento prévio dos grupos prioritários com maior risco de mortalidade. Contra a corrupção na vacinação! Contra o fura-fila das vacinas!

Assinam esta iniciativa:

1. ABCD - Ação Brasileira de Combate às Desigualdades
2. ABED
3. ABGLT
4. ABL- Articulação Brasileira de Lésbicas
5. ABONG - Associação Brasileira de ONGs
6. Ação Educativa
7. ACAT - Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura
8. ADUFPA
9. Adufpa
10. AFRIKAMBO
11. Afro-Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica (AGANJU)
12. AGENDA NACIONAL PELO DESENCARCERAMENTO
13. Agenda Pública
14. Agente De pastoral da saúde
15. Agentes de Pastoral de Negros do Brasil APNs
16. Alagbara Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas no Tocantins
17. Aliança Pró-Saúde da População Negra de São Paulo/SP
18. ALUG- Associação de Cidadãos da Galeria
19. AMNA
20. Anistia Internacional Brasil
21. Anpsinep
22. Articulação de Mulheres Brasileiras AMB
23. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB

24. Articulação Negra de Pernambuco
25. Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil
26. Assessoria Popular Maria Felipa
27. Assetans
28. ASSIBGE - SN (Núcleo Minas)
29. ASSOC
30. AFRO BRASILEIRA OGBAN
31. Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia
32. Associação Cultural Beneficente Ilê Mulher
33. Associação Cultural Educacional Assistencial Afro Brasileira -Ogban
34. Associação de Mulheres Negras Aqualtune
35. Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade/MG
36. Associação de Familiares e Amigos de Presos/as
37. Associação de medicina de Família e Comunidade do Estado do Rio de Janeiro
38. Associação de Moradores e Moradoras do Povo. olho D'água do município de Anajatuba
39. Associação
40. de Moradores e Produtores da Comunidade Remanescente de Quilombolas do Rosa
41. Associação de Mulheres Negras Aqualtune
42. Associação de Remanescentes do Quilombo de Bairro Alto
43. Associação do Caboclo Sultao das Matas
44. Associação dos Docentes da Universidade de Brasília
45. Associação dos produtores remanescentes quilombola de volta miúda caravelas Bahia
46. Associação dos trabalhadores aposentados pensionistas idosos de Viamão
47. Associação Moradores Condominio Lagoa Santa
48. Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de
49. Públicas (ANEPCP)
50. ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL AFRO NAÇÃO DAS ALMAS DE ANGOLA JOSÉ PILINTRA DA LAPA
51. Associação dos moradores da quadra 8
52. Biblioteca Comunitária de Sete de Abril

53. Brcidades
54. Casa da Mulher Trabalhadora - CAMTRA
55. Católicas pelo Direito de Decidir
56. CDDH Dom Tomás Balduino de MARAPÉ ES
57. CEABI-TUCURUÍ
58. Cebes Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
59. Cedeca casa renascer
60. Central Sindical e Popular CSP-Conlutas
61. Central Única dos Trabalhadores - CUT Brasil
62. Centro Dandara de Promotoras Legais Populares
63. Centro de Educação e Assessoramento Popular - CEAP
64. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT
65. Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA
66. Centro de Referência da Cultura Negra
67. Centro de Referência Negra Lélia Gonzales
68. Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social
69. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
70. Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileiro
71. CESE- Coordenadoria Ecumênica de Serviço
72. CFEMEA
73. CFNTX - Centro de Formação da Negra e do Negro da
74. Transamazônica e Xingu
75. CMDS
76. CNAB -
77. Congresso Nacional Afro-brasileiro
78. Coalizão Direitos Valem Mais
79. Coalizão Negra por Direitos
80. CoeqtoCoordenacao Estadual de Quilombolas do TO
81. Colegiado Nacional Dos Gestores Municipais De Assistência Social - CONGEMAS
82. Coletina Mahin - Organização de Mulheres Negras
83. Coletivo Afroencantamento
84. Coletivo Alumiá: gênero e cidadania - Mauá - SP

85. Coletivo Alvorada BH
86. Coletivo Amazônico LesBiTrans
87. Coletivo de combate à violência contra as mulheres "Outras Bárbaras"
88. Coletivo de Esquerda Força Ativa
89. Coletivo de Mulheres ALMG
90. Coletivo de mulheres Creuza
91. Coletivo de Terapeutas Ocupacionais Berenice Rosa Francisco
92. Coletivo ENFRETE ABCDMRR/SP
93. Coletivo Feminista Classista Maria vai com as Outras
94. Coletivo Filhas do Vento
95. Coletivo Griô
96. Coletivo Negras Ptistas SC
97. Coletivo Negro Fiocruz
98. Coletivo Negro Universitário da UFMT
99. Coletivo NEGREX
100. Coletivo Raízes do Baobá Negras e Negros Jaú/SP
101. Coletivo Sapato Preto Negras Amazônidas
102. Coletivos Mahins
103. Comissão de Direitos Humanos Câmara Municipal de Fortaleza
104. Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo - CDHPF
105. Comissão de Justiça e Paz de Macau
106. Comissão Política do PCdoB de Santa Inês/MA
107. Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos
108. Comitê de estudos da mortalidade materna
109. Comitê de Monitoramento e Resistência Covid19 Viamão
110. Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino
111. Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres
(CLADEM Brasil)
112. COMUNEMA COLETIVO DE MULHERES NEGRAS MARIA MARIA DE ALTAMIRA.
113. COMUNEMA - Coletivo de Mulheres Negras 'Maria-Maria'
114. Comur
115. CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores

116. CONEM
117. Conselho distrital de saúde Norte de BH
118. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
119. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
120. Conselho Pastoral dos Pescadores- CPP
121. Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos –CONAQ
122. CRIA
123. CRIOLA
124. Defensoras Negras de Direitos Humanos
125. Distrito Drag
126. Educafro
127. EIG Evangélicas pela Igualdade de Gênero
128. Engenheiros Sem Fronteiras - Brasil
129. Escola Livre de Redução de Danos
130. FAOR - Fórum da Amazônia Oriental
131. Federação das entidades comunitárias de Natal RN
132. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
133. Fenapsi Federação Nacional dos Psicólogos
134. FICuSB - Federação e Instituto Cultural de São Benedito
135. FOPIR - Fórum Permanente de Igualdade Racial
136. Fórum de Mulheres Cristãs de Pernambuco
137. Fórum de Mulheres Cristãs e Políticas Públicas de Lins
138. Fórum Livre de Combate ao Racismo SBC/SP
139. Fórum Marielles
140. Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros -FONATRANS
141. Fórum Nacional dos Usuários do SUAS
142. Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro MS
143. Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito
144. Frente de Juristas Negras e Negros
145. Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno - FMNDFE
146. Frente em Defesa da Democracia e Soberania Nacional-Assis-SP
147. Frente Nacional contra a Privatização da Saúde

148. Frente Popular pela Vida: em defesa do Serviço Público e de
149. Solidariedade no Contexto do COVID 19.
150. FTSUAS
151. Geledes-Instituto da Mulher Negra
152. GEM- Centro de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Gênero, Saúde e Enfermagem
153. Gestos_ Soropositividade, Comunicação e Gênero
154. Grito dos Excluídos Continental
155. Grupo de Especialistas Eminentemente Independentes das Nações Unidas
156. Grupo de Pesquisa Costeiros - UFBA
157. Grupo de Pesquisa: Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia - Gmseca
158. Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra da SBMFC
159. Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
160. Grupo desenvolvido familiar-gdfam
161. Grupo Espaço Negro
162. Grupo GUARÁ
163. IARA - Instituto Ambiental e Racial
164. IBD - Instituto Brasileira da Diversidade
165. Ibedec
166. Idec- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
167. IDISA Instituto de Direito Sanitário Aplicado
168. IDISA
169. Instituto de Direito Sanitário Aplicado
170. Ilê Asé Olu Aiye Ati Iya Omi
171. Ilê Axé Ewá Olodumare
172. Ilê Omolu Oxum - Rio de Janeiro
173. Ilu Obá De Min Educação Cultura e Arte Negra
174. IMUNE
175. IMUNE MT - Instituto de Mulheres Negras MT
176. Indômitas Coletiva Feminista

177. INESC - Instituto de estudos socioeconômicos
178. Iniciativa negra por uma nova politica sobre drogas
179. Iniciativa Sankofa
180. Instituto Afrolatinas
181. Instituto Aromeiazero
182. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)
183. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec
184. Instituto Co-Labore de Desenvolvimento e Participação Social
185. Instituto da Advocacia Negra Brasileira
186. Instituto de Referência Negra Peregum
187. Instituto EcoVida
188. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
189. Instituto IDhES
190. Instituto Mancala
191. Instituto Marielle Franco
192. Instituto Negro é Lindo
193. Instituto Prios de Políticas Públicas e Direitos Humanos
194. Instituto Raça e Igualdade
195. Instituto Soma Brasil
196. Instituto URBEM
197. Intersindical Central da Classe Trabalhadora
198. Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
199. IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
200. IPI de Vila aparecida
201. IROHIN - Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro Brasileira
202. ISER Assessoria
203. ITCP
204. UNEB
205. Justiça Global
206. KOINONIA
207. MAB
208. Mandato da Vereadora Erika Hilton (SP)

209. Marcha das Mulheres Negras de São Paulo
210. MMT - Movimento de Mulheres do Tapana
211. MNU - Acre
212. MNU - Movimento Negro Unificado
213. MNU - Movimento Negro Unificado SP
214. MNU - Rondônia
215. MNU Goiás
216. MoCAN - Movimento Contra as Agressões à Natureza
217. MOPS - Movimento Popular da Saúde
218. Mov de mulheres camponesas
219. Movimento Afro Vegano
220. Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
221. Movimento contra o Tráfico de Pessoas
222. Movimento de Mulheres do campo e da Cidade
223. Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
224. Movimento dos Atingidos por Barragens
225. Movimento dos Conselhos Populares - MCP
226. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
227. Movimento Moleque
228. Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH Brasil
229. Movimento Social de Mulheres Evangélicas do Brasil (MOSMEB)
230. MPA
231. NAC - Núcleo de Apoio a comunidades
232. Nova Central Sindical de Trabalhadores
233. Núcleo CEBES RJ
234. Núcleo da UNEGRO de Santa Inês MA e Sub-Regional do FEDERMA de Santa Inês
MA
235. Núcleo de coordenação do Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade de Porto
Alegre
236. Núcleo de Estudos em Saúde Pública -NESP/UnB
237. Núcleo de Mulheres de Roraima
238. Núcleo de Saúde do PT/BH

239. Núcleo Ecosocialista de Batatais-SP
240. Nupeges
241. Observatório de Direitos Humanos Crises e Covid-19
242. Observatório do Marajó
243. Observatório Judaico dos Direitos Humanos do Brasil “Henry Sobel”
244. Oxfam Brasil
245. Paróquia São Francisco
246. Pastoral Familiar da Diocese de Roraima
247. Pastoral social política e ambiental
248. Plataforma Dhesca Brasil
249. Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
250. Projeção - Consultoria, Formação e Políticas Públicas
251. Projeto Doce Som do Coração
252. PUD Psicanalistas Unidos pela Democracia
253. Quilombelas - Núcleo de Mulheres Negras de São José dos Campos
254. Rede Afro LGBT
255. Rede brasileira de defensoras de direitos humanos
256. Rede de Alimentação de Economia Solidária da Bahia
257. Rede de Cooperação Negra e LGBTQI'Pretas e Coloridas'
258. Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher
259. Rede de HistoriadorXs NegrXs
260. Rede de mulheres negras de Alagoas
261. Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
262. Rede de Mulheres Negras do Nordeste
263. Rede de Proteção e Resistência ao genocídio
264. Rede Emancipa Belém e Ananindeua de Educação Popular
265. Rede Feminista de Juristas - deFEMde
266. Rede Jubileu Sul Brasil
267. Rede Mangue Mar/ RN
268. Rede MNRJ
269. REDE NACIONAL DA PROMOÇÃO E CONTROLE SOCIAL DA SAUDE, CULTURA E DIREITOS DE LESBICAS E BISSEXUAIS NEGRAS - REDE SAPATA

270. Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
271. Rede Ubuntu de Educação Popular
272. REDEH
273. Renafro/Saúde
274. Secretaria Municipal de Assistência Social de Telêmaco Borba
275. Serviço Franciscano de Solidariedade - SEFRAS
276. Sindae
277. Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará
278. Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina-SinPsi-SC
279. Sindicato dos psicólogos no Estado de São Paulo SINPSI-SP
280. SINDIFES
281. SINDIPETRO
282. Sindisprevrs
283. Sinergia
284. Sintufrj
285. SMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social)
286. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
287. SOCIEDADE PARAENSE DOS DIREITOS HUMANOS
288. Terra de Direitos
289. Mukaji Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco
290. UNEAFRO Brasil
291. União das Associações Remanescentes de Quilombos - UNIQUITUBA
292. União de NEGRAS e Negros pela Igualdade (Unegro)
293. União Nacional de Lesbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - UNALGBT
294. Zarabatana INFO - Ciberativistas Negras Amazônidadas